

é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão de passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na medida em que o hedge seja efetivo.

ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira - A Companhia utiliza instrumentos de proteção (hedge) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda funcional da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real), independentemente se o investimento líquido for mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

iii. Instrumentos financeiros - i. Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, se tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures.

iv. Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

v. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo.

iv. Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

v. Capital social - Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Critérios de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável - A Administração da Companhia utiliza como premissa inicial para constituição da provisão para redução ao valor recuperável os saldos vencidos a mais de 180 dias de atraso e baseada nesse saldo a Administração realiza a análise individualizada dos títulos quanto à recuperação para aferir o real valor da provisão a ser constituída.

c. Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos

pela própria Companhia inclui: - O custo de materiais e mão de obra direta; - Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício.

iv. Obras em andamento - Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional.

d. Estoques - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas de vendas.

e. Provisões - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

f. Receita operacional - i. Vendas - A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia, dependendo das condições individuais de cada contrato de venda.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias e cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social corrente ediferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os saldos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado do exercício. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos diferidos são decorrentes de diferenças temporárias decorrentes da apuração de impostos. Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

i. Subvenções governamentais - A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%. O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por força de

lei. A prorrogação do benefício foi solicitada à Receita Federal e sua vigência atual expira em 31 de dezembro de 2013. A Companhia também goza de benefícios do governo do Estado do Pará em relação ao recolhimento de tributos de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual calculado a título de crédito presumido a abater o saldo devido pelo faturamento. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010.

j. Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2012	2011
Caixa	3	6
Bancos conta movimento	9.377	8.719
	9.380	8.725

5. Contas a receber de clientes - a. Composição dos saldos

	2012	2011
Clientes	76.740	43.019
(-) Provisão de redução ao valor recuperável	(894)	(718)
	75.846	42.301
Circulante	74.562	42.301
Não circulante	1.284	-

b. Saldos de clientes por vencimento

	2012	2011
A vencer	61.618	26.622
Vencidos de 1 a 30 dias	6.749	3.249
Vencidos de 31 a 90 dias	750	12.100
Vencidos de 91 a 180 dias	1.023	330
Vencidos de 180 a 360 dias	6.600	718
	76.740	43.019

Concentração de carteira

	2012	2011
Maior Cliente	41.889	11.019
2º ao 11º maior cliente	25.005	26.212
12º ao 50º maior cliente	8.906	5.782
Outros	940	6
	76.740	43.019

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, exceto construção em andamento, são divulgadas na nota explicativa 16. A companhia não tem como premissa oferecer contas a receber como garantia em dívidas.

6. Estoques

	2012	2011
Matérias-primas e materiais de consumo	5.018	7.424
Insumos e materiais de embalagem	11.548	10.645
Produtos em processos	7.239	11.693
Produtos acabados	15.499	11.905
	39.304	41.667

A movimentação dos estoques no exercício está demonstrada na nota explicativa número 22 que trata dos custos dos produtos vendidos. A Companhia não adota a política de oferecer estoque em garantia de dívidas.

7. Adiantamentos a fornecedores

	2012	2011
Maior fornecedor	6.915	10.495
2º maior fornecedor	1.700	6.760
3º ao 11º fornecedor	3.002	1.596
Demais fornecedores	259	146
Provisão para redução ao valor recuperável	(955)	(1.412)
	10.921	17.585

A Companhia adianta numerário a fornecedores por conta, dentre outras, de futuras importações de insumos e matérias-primas, valores estes que serão devidamente compensados com os pagamentos subsequentes.

8. Ativo fiscal corrente

	2012	2011
COFINS a Recuperar	8.076	16.726
PIS a Recuperar	2.271	3.631
Retenções a Recuperar	354	354
Saldo Negativo Imposto a Recuperar	607	588
IPI a recuperar	852	118
	12.160	21.417

9. Benefício para reinvestimento

	2012	2011
Reinvestimentos Legais - SUDAM	2.080	1.145

A Companhia efetua depósitos para reinvestimento em conformidade com o que dispõe a legislação específica para empresas que exercem suas atividades na área de atuação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Estes montantes são mantidos pela Companhia até a liberação dos recursos por parte da SUDAM. No exercício de 2012, a Companhia efetuou depósito ao Banco da Amazônia do montante de R\$ 834. Foi constituída reserva de subvenção no exercício pelo montante de R\$ 556 diretamente no patrimônio líquido.